



ACÓRDÃO Nº1898/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11791/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Careiro da Várzea.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Jacob Pereira da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5.495/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do **Sr. Jacob Pereira da Silva**, ordenador de despesas Câmara Municipal de Careiro da Várzea, exercício 2019, com fulcro no art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades consideradas não sanadas ao longo desta proposta de voto:

- 10.1.1. atraso no envio do balancete mensal, via sistema e-contas, referente ao mês de janeiro/2019, em afronta ao art. 15 e 20, inciso II da Lei Complementar nº 06/1991, bem como a Resolução nº 13/2015;
- 10.1.2. não exigência de certidões negativas atualizadas (FGTS, INSS, previdenciária, etc.) dos contratados, em afronta ao art. 29, inciso IV e art. 38, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93; e
- 10.1.3. descumprimento do prazo de publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao segundo semestre



ACÓRDÃO Nº1898/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

de 2019, em afronta ao art. 63, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- 10.2. Aplicar Multa ao Sr. Jacob Pereira da Silva**, com fulcro no art. 54, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 1.706,80**, em razão do atraso no encaminhamento do balancete mensal do mês de janeiro de 2019 ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, em afronta ao art. 15 e 20, inciso II da Lei Complementar nº 06/1991, bem como a Resolução nº 13/2015, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE".

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Jacob Pereira da Silva**, com fulcro no art. 54, inciso I, alínea "c", da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 1.706,80**, em razão do descumprimento do prazo de publicação do Relatório de Gestão Fiscal do último semestre de 2019, em afronta ao art. 63, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE".

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



ACÓRDÃO Nº1898/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Jacob Pereira da Silva**, com fulcro no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 1.706,80**, em razão das seguintes impropriedades não sanadas: não exigência, por parte dos contratados de certidões negativas atualizadas (FGTS, INSS, previdenciária, etc.), em afronta ao art. 29, inciso IV e art. 38, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Determinar** à Câmara Municipal de Careiro da Várzea, à Secretaria de Estado da Saúde e à Fundação de Vigilância Sanitária a instauração de processo administrativo para apurar a licitude do acúmulo de cargos constante desta proposta de voto, devendo encaminhar a esta Corte de Contas a conclusão dos feitos em **180**



ACÓRDÃO Nº1898/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

(cento e oitenta) dias da ciência deste *decisum*

10.6. Dar ciência deste *decisum* ao interessado, **Sr. Jacob Pereira da Silva**, à Câmara Municipal de Careiro da Várzea, à Secretaria de Estado da Saúde e à Fundação de Vigilância Sanitária.

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Novembro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral